

"Espaços sagrados, territórios de axé e fé": apontamentos metodológicos para uma política de patrimonialização de casas e terreiros de matriz afrorreligiosa de Minas Gerais¹

Ana Paula Lessa Belone (UFF)
Nicole Faria Batista (IEPHA/MG)

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural; Afrorreligiões; Colonialidade

Introdução:

Esta comunicação toma como matéria para reflexão a experiência de gestão de de uma política: a ação de Identificação de Casas e Terreiros de Matriz Afrorreligiosa de Minas Gerais, no âmbito do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, responsável pela elaboração e gestão de políticas públicas de patrimônio cultural do estado. O interesse na temática veio em razão da vinculação das autoras como técnicas deste órgão público, com atuação direta no desenho metodológico da referida ação.

Portanto, objetiva-se refletir, desde dentro, a respeito do desenho metodológico desta política, indicando os paradoxos e os limites de uma instituição atravessada pela colonialidade (QUIJANO, 2007), que estrutura uma ideia do que seja "identidade mineira", ainda bastante apegada à materialidade, focada na manutenção de símbolos eurocentrados de herança colonial, bem como, na existência de um saber técnico especializado que detém o monopólio da gestão e preservação deste patrimônio.

Por outro lado, apontamos para as potencialidades desta política, sobretudo, se assumida enquanto uma política de reparação histórica e que seja consolidada a partir das epistemes vinda "das margens", ou seja, das comunidades de terreiro de Minas Gerais que, historicamente subalternizadas pela escravização e suas consequências, tiveram sua cultura e seu sagrado anulados da narrativa da construção da ideia de "Minas Gerais" escrita pelo patrimônio cultural.

"Afromineiridade": a ideia que direciona a política

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

A ação de identificação de casas e terreiros de matriz afrorreligiosa de Minas Gerais está no bojo do chamado Programa "Afromineiridade", uma política de governo² que tem como mote a "proteção da cultura afro no estado de Minas Gerais", de acordo com as premissas norteadoras do projeto. A escolha política pela palavra "proteção", em detrimento da escolha técnica pela palavra "valorização", indica as tensões próprias ao campo do patrimônio. Não por acaso, o significado de proteção se confunde com a noção de tutela, tal como aponta Chuva (2014).

Este programa integra um conjunto maior de ações orientado pela ideia de "Mineiridade", que inclui ainda, a "Cozinha Mineira" e o "Mineirês", como candidatos a processos de patrimonialização. Conforme as palavras do secretário de cultura de Minas Gerais, por ocasião do lançamento do "Ano da Mineiridade":

"Isso é, na prática, a transversalidade entre a Cultura e o Turismo. Depois de percorrer muitos caminhos por Minas Gerais, de muitas pesquisas feitas, ficou claro que nosso maior produto é a mineiridade, é a ideia de estar em Minas, do pertencimento, de ser mineiro, a nossa afetividade, o jeito de falar, a cozinha, a afromineiridade, as paisagens culturais e naturais".³

A ideia de "Mineiridade" e todas outras dela derivadas retoma a noção de uma pretensa essência mineira na consolidação da identidade cultural do estado, cujos símbolos merecem ser preservados e protegidos em detrimento de outros e, agora, usados como produto turístico.⁴ De certa forma, este pensamento guarda paralelos com o paradigma de constituição do campo do patrimônio cultural no Brasil.

Porém, se na primeira metade do século XX o Estado brasileiro delineou seus domínios sobre a cultura privilegiando "certo conjunto de objetos arquitetônicos visando representar a memória nacional, fruto da ação civilizadora portuguesa" (CHUVA, 2014, p. 206), no contexto aqui delineado, outras referências culturais relacionadas às dimensões imateriais da cultura são, então, mobilizadas neste esforço. Neste sentido, "é possível pensar em falas - e práticas - de preservação - as quais, articuladas, ajudaram e ainda ajudam a construir/reconstruir sentidos e apropriações para determinados bens culturais sob códigos hegemônicos" (SOUZA, 2018, p. 83).

² O atual governo de Minas Gerais está, no período 2018-2022 sob a gestão do Partido Novo, tendo como governador do estado Romeu Zema. Nesta gestão, a pasta da cultura foi vinculada à do turismo, por meio da estruturação da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Secult.

³ Jornal e Rádio "O Espeto". "Ano da mineiridade é destaque em reunião do Conselho Estadual de Turismo em Minas Gerais". Disponível em: <https://jornaloespeto.com.br/2021/12/22/ano-da-mineiridade-e-destaque-em-reuniao-conselho-estadual-do-turismo-de-minas-gerais/> acessado em 24 de agosto de 2022.

⁴ Este tópico não é algo novo no campo da política cultural e do patrimônio cultural.

Coube ao IEPHA/MG, como órgão executor desta política, traduzir a "Afromineiridade" em ações concretas que foram detalhadas em um projeto, a partir da atuação de seu corpo técnico, constituído majoritariamente por pessoas brancas, com formação superior em cursos relativos ao campo do patrimônio cultural. Neste primeiro momento não houve o envolvimento da comunidade negra na concepção deste documento.

Mesmo que internamente este tenha sido tomado como um movimento em direção a uma política de reconhecimento, reparação e justiça com relação ao povo negro, procurando atender às reivindicações de grupos sociais situados historicamente à margem dos processos hegemônicos de patrimonialização, observa-se a persistência de "uma dimensão da colonialidade operada a partir da dinâmica de especialização de mão-de-obra dedicada à preservação" (SOUZA, 2018, p. 5).

Contudo, sendo a participação social uma premissa da política, um grupo de trabalho com representantes de segmentos do movimento negro, de lideranças religiosas, mestres e mestras da cultura negra foi instituído, com vistas à validação do programa e à discussão das ações do Eixo 3 especificamente, por meio de reuniões fechadas e de fóruns ampliados, que foram realizados na modalidade virtual durante cerca de dois meses do primeiro semestre de 2022.

De maneira geral, o programa se consolida a partir de quatro eixos de atuação, sendo: Eixo 1) Articulação com a sociedade civil; Eixo 2) ICMS Patrimônio Cultural⁵; Eixo 3) Proteção de bens culturais afro-mineiros e Eixo 4) Salvaguarda de bens culturais afro-mineiros. A ação de identificação de casas e terreiros de matriz afrorreligiosa de Minas Gerais compõe, juntamente com o registro dos Reinados e Congados e o registro dos Quilombos em Contexto Urbano de Minas Gerais, o Eixo 3 do Projeto.

Sabe-se que as manifestações afrorreligiosas são um marco na formação da história e da religiosidade do estado de Minas Gerais, apesar da sistemática tentativa de apagamento. Nesse escopo, tem destaque os denominados povos e comunidades tradicionais de terreiro, povo de santo ou povo de axé, que carregam modos de fazer e celebrar provenientes da cultura e espiritualidade africana, chegada ao Brasil no processo de colonização. As chamadas religiões de matriz africana, são compostas por

⁵ O ICMS Patrimônio Cultural é um programa descentralizado de incentivo à preservação do patrimônio cultural do estado com mais de 20 anos de existência em Minas Gerais, cujo princípio é a transferência de recursos aos municípios que aderem ao programa, por meio da execução de ações de proteção e salvaguarda e do fortalecimento dos setores municipais de cultura.

uma diversidade de cultos, práticas, formas de organização e nomenclaturas, sendo os candomblés, as umbandas e os cultos da tradição Omolokô as mais conhecidas e difundidas no estado de Minas Gerais. Os adeptos dessas religiões têm em comum o culto às divindades e entidades ancestrais, por vezes denominadas como Orixás, Inquices, Voduns, Santos e Guias.

Segundo o antropólogo Márcio Goldman (2008), as religiões afro-brasileiras, conformam um conjunto diverso, porém articulado, que remontam às tradições trazidas de África, e que, ao longo dos anos incorporaram em graus diversos elementos das cosmologias e práticas indígenas, do catolicismo popular e do espiritismo de origem europeia. Segundo dados do Núcleo de Estudos Quilombolas da Universidade Federal de Minas Gerais (2019), apenas na capital mineira estima-se a presença de mais de 300 terreiros, o que aponta para a expressividade dessa manifestação no estado.

Ainda que conformem uma importante referência cultural e religiosa para o estado de Minas Gerais e para o país, as comunidades tradicionais de terreiro são os principais alvos de racismo e intolerância religiosa no Brasil e no estado. Segundo pesquisa de Nicácio (2021) sobre intolerância religiosa em Minas Gerais, ainda que as comunidades de terreiro estejam em menor número do que comunidades cristãs, elas são as principais vítimas deste tipo de crime, que está diretamente atrelado ao racismo.

O desenho metodológico da política: a espacialização do sagrado

Com relação à ação voltada para as manifestações de matriz afrorreligiosa, optou-se por iniciar a política por meio de uma etapa de identificação, uma vez que casas e terreiros encontram-se difundidos por todo estado de Minas Gerais. A identificação de referências culturais se impõe, no campo da política de patrimônio cultural, como uma etapa fundamental nos processos de reconhecimento e proteção. Por meio dela é possível identificar, como o próprio nome sugere, a ocorrência dos bens culturais, sua espacialização, a diversidade com que se apresentam em diferentes regiões, subsidiando a partir dos dados levantados, a continuidade dos estudos para registro e/ou tombamento.

No caso em tela, a metodologia utilizada para a identificação de casas e terreiros de Minas Gerais foi a partir do chamado “Cadastro do Patrimônio Cultural”. Construído pela primeira vez de modo experimental no contexto do registro de grupos de folias em Minas Gerais como patrimônio imaterial do estado no ano de 2015, o cadastro veio se consolidando no IEPHA/MG como ferramenta para mapeamento de bens culturais, a

partir dos bons resultados quantitativos obtidos com a sua utilização, atestando o alcance do Instituto pelos cantos do estado (EUGÊNIO, 2020). Trata-se de formulário alocado em plataformas virtuais gratuitas, constituído por uma série de questões específicas, relativas às dimensões dos bens culturais, que tanto podem ser preenchidos pelos praticantes destes bens, como por gestores municipais.

Uma vez que a localização é umas das perguntas a serem respondidas, tem-se a espacialização dos bens culturais pelo estado de Minas Gerais, sobretudo, com a produção de mapas com os dados obtidos. O cadastro torna-se, assim, também um instrumento de mapeamento. Neste sentido, este cadastro segue a tendência dos mapeamentos que têm sido amplamente utilizados em diferentes contextos para subsidiar políticas públicas voltadas às religiões de matriz africana, por todo o Brasil, sendo inúmeros os processos de mapeamento de casas e terreiros.

Uma série de mapeamentos com resultados publicados serviram, inclusive, como referência à construção do questionário do Cadastro, tais como o projeto “Mapeando o Axé: pesquisa socioeconômica e cultural das comunidades tradicionais de terreiro”, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR e a Fundação Cultural Palmares – FCP.

Outro documento que norteou o trabalhos da equipe técnica foi o “Guia Orientador para Mapeamentos junto aos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana” (2016) desenvolvido pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, do extinto Ministério da Justiça e Cidadania. O documento criou diretrizes para a qualificação das informações coletadas por diferentes atores e instituições a respeito desta manifestação cultural e religiosa, apresentando critérios gerais para as ações desta natureza.

Contudo, apesar de guiar-se pelas experiências já consolidadas de mapeamentos, a equipe técnica disputou o sentido da palavra “identificação” para a nomeação da ação, uma vez que “mapeamento” tornou-se uma expressão já bastante desgastada dentre a comunidade de terreiro, justamente devido a quantidade de ações deste tipo, sem que houvesse retornos, como alguns representantes deixaram explícito durante o processo de construção do cadastro.

Um esforço inicial de sistematização das questões foi realizado pela equipe das três gerências que compõem a Diretoria de Proteção e Memória, gerando uma minuta do

formulário. A escolha pela construção coletiva dentro da diretoria, se deu pelo fato de uma escolha técnica de acolher este universo em sua totalidade, sem pressupor nenhum enquadramento pressuposto para seu instrumento de proteção: registro, tombamento ou inventário), levando em consideração a materialidade, territorialidade, cosmologia, arquitetura, os acervos, as relações com o espaço público e a historicidade das casas e terreiros na construção da perguntas.

Em um segundo momento esta minuta foi apresentada, discutida e validada junto aos representantes do grupo de trabalho. Durante os momentos de discussão das questões, uma diversidade de tensionamentos foram expostos pelo povo de santo, dentre os quais as nomenclaturas constantes no título da ação de identificação, a opção pela via da caracterização dos espaços e territórios em detrimento da caracterização dos grupos sociais, a questão da responsabilização pela informação dos dados e da obrigatoriedade de informar endereço, dentre outras. Os debates gerados ao longo do processo de discussão revelaram a profundidade em se tratar de um universo tão complexo quanto o das matrizes afroreligiosas.

Ao final, o cadastro foi validado pelo grupo com o título "Espaços sagrados, territórios de axé e fé: identificação de casas e terreiros de matriz afroreligiosa de Minas Gerais". Na versão final do formulário constam 60 questões orientadas para a caracterização dos espaços e territórios de matriz afroreligiosas mineiras, buscando conhecer a diversidade com que se apresentam, suas práticas e formas de organizações, além da identificação das dificuldades que essas comunidades enfrentam para a manutenção de suas formas de vida e tradições, com vistas a futuras ações de salvaguarda.

Tabela 1. Estrutura do Questionário

Título: "Espaços sagrados, Territórios de Axé e Fé"
1. Identificação da Prefeitura / Identificação do responsável pelo preenchimento
2. Identificação da Casa/Terreiro
3. Contextualização histórica da Casa/Terreiro
4. Caracterização da tradição da Casa/Terreiro
5. Caracterização física e fundiária da Casa/Terreiro
6. Caracterização legal e associativa da Casa/Terreiro

7. Identificação de problemas e necessidades
8. Declaração de Consentimento e Responsabilidade
9. Espaço para o envio de fotos dos principais elementos que compõem a Casa/Terreiro (opcional)

O cadastro também foi apresentado no espaço ampliado do fórum de discussão, que foi aberto à participação de gestores municipais e da sociedade civil mediante inscrição prévia. Neste espaço, o formulário suscitou outras ordens de questionamentos, como, por exemplo, o fato de ser virtual, visto como limitador. Sabe-se que o acesso à internet e à informação sobre políticas públicas é escassa a esses grupos, sobretudo no contextos de cidades do interior e em zonas rurais, onde muitas casas e terreiros estão localizadas.

Também no momento do fórum, causou incômodo em um participante negro o fato dos espaços de discussões referentes às ações do projeto "Afromineiridade" serem majoritariamente conduzidos por pessoas brancas, o que reflete a própria estrutura institucional do órgão que conduz a política de patrimônio cultural de Minas Gerais e a dimensão da colonialidade ainda latente nestes espaços de poder, como o Estado.

A partir dessas discussões e demandas, e levando em consideração a complexidade desse bem cultural, tem se buscado discutir dentro da instituição a necessidade de ações de educação para o patrimônio de cunho antirracista, voltadas para a promoção do questionário principalmente junto às prefeituras e gestores municipais. Esses atores, têm sido os principais aliados na aplicação dos cadastros do patrimônio cultural, entretanto devido a institucionalidade do racismo e da colonialidade presente nessas estruturas de poder, a adesão à identificação de casas e terreiros de matriz afrorreligiosa pode ser tornar um obstáculo.

Considerações finais

Ao considerar todos os entraves e controvérsias do processo, que partem principalmente de um poder estatal estruturado pela colonialidade, percebemos que, ainda assim, é possível identificar algumas maneiras com as quais a agência das lideranças e das próprias comunidades de terreiro vem tensionando essa estrutura. A participação e o engajamento dessas pessoas nas discussões e construção das políticas públicas permitem a criação de brechas que nos afastam daquela noção cristalizada e

monolítica de Estado. Como apontado Das e Poole (2004), para entender a agência e as estratégias políticas “das margens”, é preciso exatamente se afastar da ideia de um Estado estruturado de maneira racional e que perde força e organização quando encontra esse campo.

Nesse sentido, percebemos, por exemplo, que 56% dos 232 cadastros realizados até então foram feitos pelas próprias comunidades, ou seja, há um engajamento maior dessas pessoas do que das gestões municipais, que têm sido incentivadas à adesão ao cadastro por ações de articulação realizada pelo Iepha. Ademais, as próprias lideranças membros do Grupo de Trabalho, tanto nas reuniões quando em situação de informalidade, mantém uma postura questionadora e de cobrança, buscando a compreensão do caminho das políticas de patrimônio, demonstrando um desejo de se munir desse tipo de instrumento para a consolidação da valorização de seus territórios e modos de vida.

Esse tipo de engajamento engendra uma necessidade cada vez maior de novos olhares e modos de operação dentro da própria instituição. Como, por exemplo, no âmbito da indicação do instrumento de proteção direcionado a esse bem cultural - ou seja: registro, inventário ou tombamento - percebe-se uma tendência naturalizada dentro do Instituto a relacionar as referências culturais afro exclusivamente ao âmbito da imaterialidade (visto que, por exemplo, em levantamento interno, o setor responsável pelo patrimônio cultural material, não identificou nenhum bem acautelado relacionado à cultura negra). Essa questão foi levantada ao longo das discussões do grupo de trabalho, onde pautou-se a necessidade de proteção da materialidade da cultura relacionada às casas e terreiros. Essa preocupação foi direcionada não apenas no que tange a tombamentos de edificações e templos de matriz africana, mas também aos arquivos, instrumentos ritualísticos, material iconográfico - os chamados bens móveis integrados - dos quais essas comunidades são guardiãs. As lideranças apontaram as já consolidadas ações de preservação de bens móveis integrados às igrejas católicas tombadas, questionando qual seria a conduta da instituição frente a esses bens relacionados aos terreiros, que tem um trato ritualístico complexo e diferenciado.

Consideram-se também os diversos questionamentos das lideranças sobre a viabilidade da parceria com as gestões municipais para a aplicação dos cadastros. Muitas das lideranças que participam do Grupo de Trabalho têm suas comunidades estabelecidas no interior do estado e relatam muita dificuldade no trato com as prefeituras e secretarias municipais. Foram relatados diversos casos de racismo e

intolerância religiosa presente na ação dessas gestões. Sendo assim, as lideranças vem tensionando o Iepha para realização de formações políticas antirracistas com os servidores públicos dessas instituições, vislumbrando a possibilidade de que essas formações sejam ministradas pelos próprios membros das comunidades.

Ademais, a partir dessas diálogos travados com o Grupo de Trabalho e nos Fóruns de Escuta realizados, percebe-se que as comunidades desejam ser conhecidas e reconhecidas pelo Estado, desejam ter dados bem apurados sobre sua realidade territorial, econômica e sócio cultural, e, sobretudo, desejam fazer proposições e fazer parte da construção e execução das políticas públicas que beneficiem seu desenvolvimento e reparem os anos de desestruturação e invisibilidade a que foram relegadas pela estrutura estatal.

Referências Bibliográficas:

CHUVA, Márcia. Patrimônio cultural no Brasil: proteção, salvaguarda e tutela. In: *Tutela: formação de Estado e tradições de gestão no Brasil*. LIMA, Antônio Carlos de Souza (org.). Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.

DAS, V.; POOLE, D. (Ed.). *Anthropology in the margins of the state Santa Fe: School of American Research Press, 2004*

GOLDMAN, Marcio. Histórias, devires e fetiches das religiões afro-brasileiras: ensaio de simetrização antropológica. *Análise social, XLIII*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2008.

LIMA, Débora et al.(org.) Expressões Culturais Afrobrasileiras em BH. *NUQ - Núcleo de Estudos Quilombolas, Indígenas e de Povos Tradicionais (org.)*. Belo Horizonte, 2019.

MOREIRA, Guilherme Eugênio. *Nas políticas do imaterial: sentidos da participação nas práticas de técnicos/as do patrimônio em Minas Gerais*. 305p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal Fluminense, 2020.

NICÁCIO, Camila Silva. Intolerância religiosa no estado de Minas Gerais: considerações a partir de uma pesquisa com boletins de ocorrência. *Revista Direito GV*, v. 17, 2021.

SOUZA, Luciana Christina Cruz e. *Patrimônio e Colonialidade: A preservação do patrimônio mineiro numa crítica decolonial*. 238p. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

